

Investigação parlamentar

RAUL PILLA

SUPÕE-SE geralmente, entre nós, ser a elaboração das leis a função exclusiva do Congresso. É certamente a principal, já que no Estado democrático, que não pode deixar de ser um Estado de direito, tudo se faz em virtude de lei. Mas não é única. Outra função, atrofiada no sistema presidencial, mas essencial no sistema parlamentar, é possibilitar a contínua adaptação do governo aos sentimentos e à vontade da Nação. Mas, ainda onde, pela rigidez do mecanismo constitucional, é rudimentar e ineficiente semelhante função, cabe ao Congresso outro importante dever, que é fiscalizar a ação administrativa do governo e realizar, portanto, tôdas as investigações e inquéritos que julgue necessários.

A Constituição vigente reconheceu plenamente esta função do Congresso e procurou facilitar as investigações parlamentares atribuindo a um terço de qualquer das Câmaras, isto é, a uma minoria, o direito de as promover. Na prática, porém, baldava-se tão importante função constitucional, porque as comissões de inquérito se viam sem nenhuma autoridade, e não podiam obrigar ninguém a depôr perante elas e, ainda menos, a patentear-lhes certos elementos. Assim, alguns funcionários que compareceram perante semelhantes comissões, tiveram o cuidado de frisar que o faziam por especial deferência, e, não porque a tanto se julgassem obrigados.

Em face de tão vexatória situação, em que, como presidente de importantíssima comissão de inquérito, se havia encontrado, o ilustre jurista, sr. Plínio Barreto, deputado na passada legislatura, apresentou um projeto, que sòmente agora se fêz lei, e a tais comissões atribui a capacidade de determinar as diligências julgadas necessárias e estabelece penalidades para os que se recusarem a atender as intimações. Tal era a situação, que alguns dos mais distintos parlamentares naviam feito o protesto de não mais se prestarem a tão triste papel.

Cabe agora ao Congresso tomar a sério esta sua importantíssima função, iniciando a hercúlea tarefa da moralização da administração pública, tão pervertida por alguns lustros de governo pessoal e irresponsável.